



Veganismo como projeto social: panorama e estreitamentos com a Agroecologia e a Segurança alimentar

Veganism as a social project: overview and close links with agroecology and food security

VIANNA, Ugo Teixeira Werneck¹

¹ UNISUAM, ugotwvianna@hotmail.com

Eixo Temático: Saúde e Agroecologia

Resumo: O veganismo é uma realidade nas cidades e no campo, com forte apelo ambientalista. Nas sociedades modernas o desenvolvimento se deu pelo capitalismo industrial, liberal e neoliberal, portanto, não priorizando a agroecologia e o veganismo como política de Estado. O meio de produção e o consumo capitalista determinam estilos de vida, cujo padrão de alimentação industrial volta-se à política de massa. Este ensaio tece o panorama do veganismo como modo de vida, carente de política pública associada à produção pela agroecologia e segurança alimentar, promovendo saberes, práticas engendradas à questão ambiental e à libertação animal. No industrialismo, a universalização de modos de vida citadinos obliteram as culturas rurais, que não tinham (têm) hábitos alimentares com processados, nem transgênicos na produção agrícola e nem utilizam alimentos ultrarrefinados. O presente trabalho está baseado em partes de uma dissertação sobre políticas públicas, desenvolvimento local e alimentação vegana em base agroecológica, que seguiu a metodologia do estado da arte e do estudo de caso do tipo exploratório, junto de escolas e grupos organizados como Veganos, na cidade do Rio de Janeiro. Contudo, nesse Resumo, os subsídios discursos tratam sobre um capítulo da dissertação que discute os conteúdos ligados à temática acima referida.

Palavras-Chave: política; segurança alimentar; vegetarianismo; estilos de vida e alimentação.

Keywords: *politics; food security; vegetarianism; lifestyles and food.*

Introdução

O entendimento segundo o qual a produção de alimentos tem um relevante impacto antrópico na natureza e, por extensão, ao planeta, tornou-se óbvio em meados do século XX, mas, também desafiador aos estudos agroecológicos devido a expansão agropecuarista no Brasil (SOGLIO; KUBO, 2016). Essa informação importa a todos e todas que refletem sobre a qualidade e a quantidade de alimentos que consomem. A promoção de monopólios pelas grandes propriedades privadas, a insustentabilidade da produção pelo mal uso da água e dos solos agravam à desertificação, dentre outros impactos provocadores de catástrofes ambientais, cuja dimensão tem sido retratada em estudos publicados no mundo inteiro e no Brasil. Por exemplo, os institutos de pesquisa, tal como, o INPE, possuem estudos publicados que se destacam por diagnosticarem as mudanças climáticas e o mal uso dos recursos naturais na agricultura de grande capital (ASSAD; MAGALHÃES, 2013). A



desertificação, por exemplo, atinge o bioma do cerrado em Goiás, Mato Grosso e outros biomas até o Rio Grande do Sul, devido a degradação dos solos pela ação da agropecuária e soja transgênica (SANTANA, 2007). Em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo a vegetação e os solos sofrem com queimadas contínuas, herança da monocultura da cana, por exemplo. Na atualidade, com os subsídios creditícios e perdões de dívidas, o agronegócio une criação de gado e plantio de soja transgênica, em busca de lucros maiores, saturando o solo em muitas regiões do Brasil, inclusive avança ferozmente ao Nordeste. A desertificação e queimada são resultantes de processo antrópico do modo de produção do agronegócio pecuarista, que a partir do paradigma da Revolução verde com apoio dos diversos governos desenvolvimentistas e instituições de pesquisa e extensão, tiveram subsídios creditícios, para fazer a transição do latifúndio à implantação dos complexos agroalimentares. Neste quadro, que alinhava (alinha) políticas para fortalecer a modernização do campo brasileiro, consolidando um padrão de desenvolvimento social e econômico dependente de insumos e maquinários para o rural, com discurso da produtividade e acabar com a fome no Brasil e no Mundo, é que desde o século XX o agronegócio oblitera os investimentos públicos para a agricultura familiar. A agricultura familiar porque utiliza melhor os recursos naturais, favorecendo ações de mitigação com tecnologias sociais sustentáveis, dada a apropriação dos conhecimentos sobre os recursos locais e a diversificação que dispõe, tende a processos de reprodução de vida e trabalho, pouco dependentes de recursos materiais (BALESTRO; SAUER, 2013). Nestes contextos da realidade socioambiental dos sistemas agrícolas e de políticas de equidade, que a alimentação herbívora de natureza agroecológica, exige a segurança alimentar ao coletivo de consumidores, que espera que seus alimentos estejam assegurados pelos princípios do direito humano à alimentação adequada e saudável (MALUF, 2009). Este ensaio tece o panorama do veganismo defendendo-o como modo de vida, direito humano à alimentação e de acesso direto dos consumidores/as junto dos agricultores/as, pautado pela agroecologia e respeito às escolhas individuais.

Metodologia

A metodologia se baseia no estudo de caso, cuja pesquisa entrosou diferentes instrumentos e procedimentos (LUDKE, 1986) sobre a temática das políticas públicas, desenvolvimento local e alimentação vegana em instituições sociais, que tem articulação com a agenda de Segurança alimentar, tais como escolas, hospitais públicos. A natureza desse trabalho resgata parte da discussão teórica-conceitual da dissertação de mestrado e de um Manual, ambos do autor deste ensaio, (VIANNA, 2016). Portanto, neste resumo, não interessa os dados empíricos da análise sensorial de alimentos veganos, com produtos agroecológicos da gastronomia popular, que foram estudados na dissertação. Como todo estudo de caso cabe o entrosamento entre alguns instrumentos, o autor optou pelo estado da arte da temática mencionada e revisão de literatura para este ensaio. Levantamos a documentação em artigos, textos, dissertações e legislação, o que nos permitiu compreender científica e politicamente a relação entre veganismo, políticas e



agroecologia mediante os princípios da segurança alimentar do direito à ingestão de alimentos saudáveis e sem agrotóxicos. Na dissertação e no Manual consta a pesquisa de campo do estudo de caso, junto daqueles/as da UFRRJ e do site Vista-se, identificados como veganos. Contudo, alerta ao leitor/a que este ensaio aqui apresentado, discuto apenas parte de um dos capítulos da dissertação que trata sobre Políticas Públicas, Segurança Alimentar, Veganismo e Agroecologia.

Resultados e Discussão: Veganismo como projeto social pela agroecologia

Hoje os vegetarianos compõem não mais um grupo social, mas uma “nação” em torno de 600 milhões de pessoas no mundo, que equivale a quase 10% da população mundial (VIANNA, 2016). O Brasil possui um dos maiores rebanhos comerciais do mundo, com aproximadamente 212,8 milhões de bovinos, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), além de ser segundo maior produtor de leite, de frango, segundo maior exportador de carne suína e equina, que mesmo tendo política de créditos e um avanço significativo em conhecimentos sobre o manejo agropecuário, ainda assim não garante a universalização do consumo de carnes com segurança alimentar às classes populares no Brasil. Entretanto, o survey do Instituto Brasileiro de Opinião e Pesquisa (IBOPE, 2012) revelou que 15,2 milhões de comensais têm o herbivorismo e suas vertentes como escolha de dieta autodeclarada, o que equivale cerca de 8% da população brasileira. O grande desafio na consolidação de políticas públicas no Brasil é tensionar a cultura político-econômica estatal, em que ainda prevalecem medidas favorecendo oligarquias da monocultura. O reajuste estrutural econômico no Brasil com suas reformas apenas deram conta de uma concepção econômica de crescimento, priorizando mercados de exportação, que não estabeleceu consensos entre os programas de crédito e os parâmetros democráticos para fomento de economias e consumos alternativos aos dos capitalistas. Pelo menos poderia ter políticas de proteção à agricultura familiar assegurando a forma como essa se organiza comunitariamente no trabalho, nas trocas e nos mercados locais, regionais, com escoamento da produção para o acesso daqueles/as que preferencialmente consomem alimentos adquiridos direto do produtor. A título de corroborar a afirmação aqui trazida, importante salientar Maluf (2009) quando analisa as medidas protecionistas do Japão para garantir à agricultura, embora capitalista, mecanizada mantivesse a produção e o consumo do arroz com políticas que visam a “garantia de uma dieta básica, proteção dos recursos culturais e preservação de comunidades rurais” (p. 44), desde o fim da II Segunda Guerra Mundial. No Brasil somente no século XXI que o setor da produção de alimentos orgânicos, em 2003, conseguiu e mais recente a Política Nacional de Agroecologia e Produção de Orgânicos (PLANAPO), com duas edições como política governamental associada à Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), torna possível a compra de alimentos orgânicos da agricultura familiar e sem refinamento da industrialização. No entanto, são políticas governamentais, mas não políticas de Estado. Portanto, os veganos prezam a alimentação sem processamento industrial e sem matéria prima animal, ao mesmo tempo, cuidam de seus estilos de vida e consumo ético em relação à



natureza, a partir de pressupostos ecológicos e projetos humanitários de sociedade. O ser humano moderno, ciente de sua capacidade de interferência na natureza, passa a objetivar bem mais do que a função primal de nutrir-se, mas associa a esta caracteres filosóficos, psicológicos, pedagógicos, sociológicos e ecológicos. Em consonância, a crescente aceitação e tendência mundial ao Veganismo, notadas em ações diversas que perpassam pela educação de base, a inclusão de alternativas alimentares veganas nas escolas públicas municipais, nos hospitais são potencial instrumentos para o combate da má nutrição, aumento do consumo das vitaminas e minerais de acordo com os Valores Diários de Referência e Ingestão Diária Recomendada, estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). A título de trazer uma ideia que circula internacionalmente, cerca de 8 anos, já chegou ao Brasil, a “SEGUNDA SEM CARNE”, por meio de uma campanha da Sociedade Vegetariana Brasileira, em parceria com municípios. O objetivo é incentivar a redução do consumo de carne e apoiar diretrizes emitidas pelo Ministério da Saúde. No documento, o Ministério da Saúde esclarece que os alimentos de origem animal só integram um cardápio saudável se em consumo moderado. O portal da campanha Segunda sem Carne esclarece que a retirada da carne do cardápio às segundas-feiras provavelmente não será ainda suficiente para ajustar o cardápio brasileiro, mas é uma atitude positiva em direção à melhor educação e abertura a novos sabores e saberes nos processos educativos. O Portal de Veganismo Vista-se (2014) apresentou o trabalho da Ong Food For Life (FFLG) que atua alimentando pessoas em situação de vulnerabilidade financeira, somente com alimentos veganos servindo diariamente cerca de três milhões de refeições em dezenas de países.

Conclusões

Os conceitos de políticas públicas são abrangentes e muitas vezes difusos, mas o entendimento ecumênico converge no sentido de algo que deve beneficiar a todos/as da sociedade, bem como estas devem atender os anseios globais de forma a não compor uma quimera de axiomas anacrônicos. Neste sentido, o veganismo em bases agroecológicas enquanto política pública de proteção aos direitos à alimentação saudável aponta na direção da agroecologia, segurança alimentar voltada para qualidade na saúde de desenvolvimento local de uma coletividade. O fomento de políticas públicas para incluir na alimentação das Escolas Municipais a alimentação Vegana articulada às políticas de compras dos produtos da alimentação escolar, hospitalar, de coletivos das instituições sociais da agricultura familiar certificada, no momento se constitui uma proposta de Política. Cabe enfatizar os conceitos e práticas do alimento seguro e soberania alimentar, preconizada no Direito à Alimentação e a Soberania Alimentar, do Art. 6º da Constituição e a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei 11.346 de 15/09 de 2006).

Referências bibliográficas

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



ASSAD, Eduardo D.; MAGALHÃES, Antonio R. (Orgs) Contribuição do Grupo de Trabalho 2 ao Relatório de Avaliação Nacional do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. Sumário GT2. PBMCC, Rio de Janeiro, Brasil. 2013.

BALESTRO, Moises V.; SAUER, Sérgio. **A Diversidade do Rural, Transição Agroecológica e Caminhos para Superação da Revolução Verde: Introduzindo ao debate.** In: BALESTRO, Moises V.; SAUER, Sérgio (orgs) Agroecologia e os Desafios da Transição Agroecológica. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

BELLO, Luiz; RENAUX, Pedro. **Rebanho de bovinos tem maior expansão da série histórica.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br> acesso em 18/10/2017.

BRASIL. MAPA; MDA; MMA; MEC e MCT. Relatório do II Fórum Nacional de Educação em Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção. Curitiba/PR: 2009.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: EPU, 1985.

ECODESENVOLVIMENTO. **Primeira escola a adotar cardápio 100% vegetariano comemora rendimento dos alunos.** 21 de out. de 2013. Disponível em: <<http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2013/outubro/primeira-escola-a-adotar-cardapio-100-vegetariano>>. Acesso em: 05/10/2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. **Dia Mundial do Vegetarianismo: 8% da população brasileira afirma ser adepta do estilo.** 2012. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/paginas/dia-mundial-do-vegetarianismo-8-da-populacao-brasileira-afirma-ser-adepta-ao-estilo.aspx>>. Acesso em: 25/01/2014.

MALUF, Renato S. **Segurança Alimentar e nutricional.** 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2009.

SANTANA, M. O. (org) **Atlas de áreas susceptíveis à desertificação do Brasil.** Secretaria de Recursos Hídricos, UFPB; Brasília: MMA, 2007.

SEGUNDA SEM CARNE. **O que é a campanha?** São Paulo, 30 de junho de 2011 Disponível em: <<http://www.segundasemcarne.com.br/o-que-e-a-campanha/>>. Acesso em: 05/10/2014.

SOCIEDADE VEGETARIANA BRASILEIRA (SVB). **Implantando a Alimentação Vegetariana nas Escolas: passo a passo.** São Paulo, SP: 2013.

SOGLIO, Fábio; KUBO, Rumi R. **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade.** ; coordenado pela SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



VIANNA, Ugo T. Werneck. **Programa de Alimentação Vegana nas Escolas Públicas (revista eletrônica):** um manual para saúde brasileira. Rio de Janeiro:Ed. Autoral. 2016.